

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

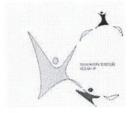
Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO CLARO

RELATÓRIO DAS AÇÕES DO COMERC DE FEVEREIRO A AGOSTO DE 2020

Rio Claro, 24 de agosto de 2020. Para efeito de registro, considerando que não tivemos apenas reuniões ordinárias e extraordinárias, mas também formação com a UNCME/SP e fomos convidados para duas reuniões com os demais conselhos CAE e CACS-FUNDEB pelo Secretário de Educação, segue o andamento deste conselho. Nosso primeiro encontro foi em 13/02/2020 às 8h30 para a organização de nossos encontros e pautas. Os conselheiros elaboraram o calendário de reuniões ordinárias do primeiro semestre de 2020, ficando definidas as seguintes datas: 12 (doze) de março, 16 (dezesseis) de abril, 14 (quatorze) de maio e 18 (dezoito) de junho, todas às oito horas e trinta minutos no auditório 1 da SME. A presidente Luciana informou aos Conselheiros que o Encontro Estadual da UNCME acontecerá em Tietê nos dias 26 e 27 de maio, e que entrará em contato com os outros Conselhos (CACS-FUNDEB e CAE) para fechamento de agenda de reuniões conjuntas no ano. Houve confirmação da composição das Comissões e, depois dos informes, os conselheiros estudaram a lista de pendências e prioridades apresentadas pela presidente Luciana, ficando decidida a seguinte ordem de prioridades para atuação do Conselho: 1. Discussão e atualização da Lei de Sistemas, pela Comissão de Planejamento, legislação e normas; 2. Revisão da Deliberação 001/2011 do COMERC, a ser realizada em reunião extraordinária. Depois destas duas atualizações, o Conselho dará sequência à formulação da Deliberação da Educação Infantil, à revisão da Lei 4006, à finalização da atualização do Regimento Interno, à finalização do Currículo Integrado da Rede, à fiscalização e homologação dos regimentos escolares e ao cadastro das instituições que são parte do Sistema. A realização da Conferência Municipal da Educação, que depende da aprovação da "Lei do Fórum" fica pendente. Concomitantemente a estes trabalhos, os conselheiros Jeferson e Rosângela trabalharão na revisão da Deliberação de 2002 que trata do funcionamento das escolas de educação infantil, junto à comissão estabelecida pela SME. Depois de discutir sobre as tentativas de contato com a Câmara dos vereadores, a disponibilidade do Conselho em dialogar, os Conselheiros deliberaram que haverá encaminhamento imediato de aviso ao Ministério Público sobre a morosidade da Câmara dos vereadores em relação à aprovação da "Lei do Fórum Municipal da Educação"- indicando as implicações desta demora para a Rede Municipal - após apresentação do texto ao Conselho para aprovação. Com relação à finalização do texto da Proposta Base, o Conselheiro Osmar informou que, visando adiantar o processo de finalização, vai propor que o texto seja finalizado por uma Comissão, que será composta por ampla representação dos profissionais da Rede. Em 12 de março, 2º reunião planejada, entre os diversos assuntos gerados no cotidianos da educação, foi apresentado o ofício a ser encaminhado ao Ministério Púbico sobre o Fórum Municipal de Educação, o mesmo foi lido e discutido entre os conselheiros, o texto inicial foi elaborado com o auxílio do Dr. Filipe do Sindicato que sugeriu e foi feito a anexação de todos os documentos e atas que referenciavam ao mesmo.





43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66 67

68

69 70

71 72

73

74

75

76

77

78

79

80 81

82

83

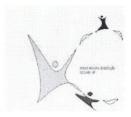
84

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

Alguns conselheiros fizeram apontamentos em relação à fala do Presidente da Câmara, mas o mesmo seguiu a mesma linguagem apresentada no texto da ata, anexa também aos documentos. Após discussão, deliberou-se pelo seu encaminhamento, protocolado em 13 de março. Tínhamos previstos para 19 de março, a apresentação em reunião extraordinária das responsáveis pela Educação especial da SME da deliberação em andamento, todavia, foi a semana em que as aulas foram facultativas e a mesma precisou ser cancelada devido a outras demandas. Em função das resolutivas da Prefeitura de Rio Claro e orientação da UNCME/SP, as reuniões presenciais foram suspensas, comprometendo o calendário propostos e aparecendo novas e inesperadas demandas. No mês de abril, mantivemos apenas alguns diálogos pelo grupo de WhatsApp em relação ao que estava acontecendo, no dia 04 de maio de 2020 fomos convidados, os presidentes dos 3 conselhos para uma reunião na SME, na qual nos foi apresentado pela equipe de direção o que estavam fazendo, explicado a insegurança na divulgação de informações devido não ter certeza de datas, retornos e evolução da doença, mas que já tinham e nos explicaram a construção prévia de três calendários de possível volta. Diante a essa reunião foi agendada em aceitação de todos, uma reunião online para o dia 26 de maio, às quinze horas, extraordinariamente através de vídeo conferência para compartilhar essas informações. Os conselheiros Monica e Malta, como ativos da Secretaria Municipal de Educação informaram que os trabalhos não param na SME, vários cenários foram elaborados visando o retorno dos alunos às escolas, porém, a cada nova determinação do Governo do Estado de São Paulo os cenários mudam ou são descartados, sendo imprudente a sua divulgação para o COMERC e escolas. Foi reforçado também, que o posicionamento do COMERC em relação a aplicação do ensino remoto para a rede municipal é inadequado e, que o nosso papel é mais especificamente em relação ao cumprimento do calendário escolar acompanhamento da aplicação da legislação educacional. O diretor da UNCME informou que nesse período os Conselhos devem estar devidamente regulamentados e embasados em seus regulamentos, orientou ainda que se possível, não haja troca nas presidências. Devido a essa orientação, levantou-se que o conselheiro Willian apresentou excesso de faltas e não houve presença de suplente nos dias em que ele não compareceu. A conselheira Camila exonerou-se do cargo de professora, assumindo o cargo de diretora e, portanto, surgiu a dúvida sobre ela continuar como representante dos professores. Devido a dúvida gerada por essa questão, foi decidido que o COMERC enviará uma solicitação à Diretoria da UNCME/SP para saber como proceder. Foi agendado para 09 de junho de 2020, às 15, uma reunião com o Presidente da UNCME/SP, professor Eduardo Silva, uma reunião online para esclarecimentos e dúvidas do COMERC. Durante a reunião várias dúvidas foram expostas, mas Eduardo explicou a partir de nosso regimento que haviam falhas e que o mesmo permitia a continuidade dos conselheiros independente de saídas e trocas de cargos até o fim do mandato, portanto, sugeriu para que não haja dúvidas que reveja a escrita do regimentos que é pouco explicativa e com algumas falhas, também esclareceu sobre o papel do Conselho





87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117 118

119

120

121

122

123

124 125

126 127

128

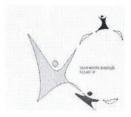
129

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

diante a pandemia, que certas ações são do Poder Público, pediu muita atenção a LDB e a Educação Infantil, nos lembrou sobre a autonomia do sistema, mas a obrigatoriedade da oferta de ensino ao Fundamental e acompanhamento do COMERC no calendário letivo. O Secretário de Educação, Adriano Moreira, convidou os Conselhos para uma reunião presencial para apresentação do Plano de Retomada que a SME estava pensando e já iniciado, infelizmente por ser um convite e muitos estarem com problemas de grupo de risco e outros compromissos. foram poucos os representantes dos conselhos que estiveram presente. A Reunião foi na EM Monsenhor Martins, às 16 horas no dia 23 de junho de 2020, com o auxílio de slides o Secretário Adriano apresentou o Plano de retomada de forma mais resumida, explicou que não poderíamos voltar de forma meramente burocrática e que o plano previa a ação didática e os conteúdos baseados na BNCC, proposta de calendários, protocolo de saúde e criação de uma comissão para acompanhar o retorno presencial das aulas que ele chamou de CIAR, Comissão intersetorial de acompanhamento do Retorno às Aulas e que previa uma consulta pública a sociedade e educadores. Explicou que a CIAR será composta por representantes do poder público, da comunidade escolar (indicados pelo COMERC) e de órgãos representativos ligados ao interesse da educação. A conselheira Sandra questionou como se dará o movimento entre a Ciar e a SME, o conselheiro Malta informou que a CIAR será consultiva e atenderá às demandas apontadas pela consulta pública de acordo com o Plano e a legalidade existentes. Foi colocada a sugestão de que o presidente da CIAR fosse o próprio Secretário de Educação. A Presidente do COMERC, Luciana, disse que seria muito complicado o COMERC indicar pessoas, então se propôs com o Conselho, organizar eleições entre os pares, proposta esta que foi apresentada na reunião do COMERC do dia 29/06. Foram tiradas algumas dúvidas e criou-se uma grande preocupação com o calendário apresentado pelo Secretário. Em 29 de junho, ocorreu uma reunião ordinária online pelo COMERC com a pauta: problemas e decisões sobre a composição do COMERC que envolve todos os seus membros (tenho uma proposta a TODOS); pronunciamento e AÇÕES DO COMERC junto a SME em função da fala do Governador Dória em 24/06 sobre o retorno ou não das aulas e plano de ação já apresentado pelo Secretário ao COMERC em forma de convite e reorganização do calendário de ações do COMERC ATÉ DEZEMBRO DE 2020. A reunião foi muito proveitosa, mas foi preciso em seu início chamar a atenção dos conselheiros para os propósitos e funções do COMERC. Seguindo a pauta, a presidente apresentou uma nota pública divulgada pela UNCME-SP pois vem ocorrendo confusões no entendimento das responsabilidades dos conselhos, que não são submissos às secretarias de educação e menos ainda locais para transformar interesses pessoais em demandas de discussão, entendendo-se que quando tais fatos ocorrem, as reais demandas dos Conselhos Municipais de Educação ficam prejudicados. Os pontos destacados pela presidente na nota supra citada foram: os Conselhos devem se atentar às suas atribuições no âmbito de seus territórios; são órgãos fiscalizadores dos Sistemas ou Redes Municipais de Ensino e que, quando o Sistema é instituído ela passa a atuar como normatizador; os





131 132

133

134

135

136

137 138

139

140

141

142

143 144

145

146

147

148

149

150 151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161 162

163

164

165

166 167

168 169

170 171

172

173

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

conselheiros devem compreender e diferenciar "política de estado" e "política de governo"; esclarecer que o município acata as informações e comunicados emitidos pelo Governo do Estado e Secretarias de Educação e Saúde do Estado mas há autonomia administrativa, jurídica, financeira e pedagógica quando há Sistema de Ensino instituído no Município; devido à situação de pandemia em que a comunidade se encontra, os conselhos devem articular com a comunidade escolar e poder executivo os protocolos de retorno às aulas; estar atentos às instituições escolares que ofertam única e exclusivamente a educação básica principalmente nesse período de pandemia; a atuação dos Conselhos Municipais de Educação se dá em seus territórios, observando a prevalência das normativas legais, legitimação da oferta pública e de qualidade pensando principalmente na educação básica; os Conselhos Municipais devem se atentar exclusivamente à educação infantil uma vez que não há lei que normatize o uso de atividades pedagógicas não presenciais e, que o presidente do Conselho Municipal não deve confundir o que são políticas de Estado e de Governo, a imparcialidade de sua atuação dentro do Conselho Municipal de Educação bem como responsabilidade no exercício de sua função de conselheiro. A presidente reforçou ainda que a partir do momento em que uma pessoa se torna Conselheiro Municipal de Educação, escolhido por seus pares, o foco é na educação do município e não em outros interesses, demais pontos se encontram na ata do dia. No decorrer do mês de julho, o COMERC fez as eleições representativas dos servidores efetivos da educação e encaminhou para SME para que a mesma desse início aos trabalhos da CIAR. No dia 16 de junho a presidente Luciana in formou pelo grupo de WhatsApp que a comissão eleitoral encaminharia para o Secretário Adriano um ofício de finalização dos seus trabalhos com algumas sugestões que perceberam durante o processo eleitoral. Mas que havia outro ponto que a comissão considerava pertinente discutir com o COMERC para tirar todas as dúvidas e verificar necessidade de outros encaminhamentos. Portanto, chamou uma reunião extraordinária para discussão sobre retorno da comissão eleitoral e a sistematização da Consulta Pública o qual foi acordado para o dia 17 de julho, às 14h. Sobre a convocação da reunião extra ordinária, se deu para que a Comissão eleitoral do CIAR, composta pelos conselheiros Huri, Luciana, Sandra, Simone e Valneide, colocassem a par os demais conselheiros das atividades realizadas. Foi elaborado um parecer a partir das observações obtidas nas reuniões e nas eleições realizadas. A presidente leu o parecer elaborado e abriu para aprovação e observações dos conselheiros presentes. A discussão foi bem calorosa, pois alguns conselheiros não estavam de acordo com os informou que recebeu do Secretário Adriano Moreira o Mn.SME 263/2020, datado de 17 de agosto de 2020, a Presidente Luciana recebeu um documento, encaminhado pela SME solicitando "apreciação e deliberação do Projeto de Deliberação, visando flexibilizar, excepcionalmente, para a Rede Municipal Pública de Ensino de Rio Claro, no ano letivo afetado pela pandemia do COVID-19, o cumprimento do caput do artigo 80 e de seu § 4º, bem como dos artigos 46, 47 e 48 da Deliberação COMERC nº 001 de 12 de maio de 2011, além de outras providências. A solicitação é em caráter de urgência, tendo em vista as circunstâncias atuais e a necessidade de retomada do





175

176

177

178

179 180

181

182

183 184

185

186

187

188

189

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

presente ano letivo." Foi definido pela dificuldade de agenda dos conselheiros a realização da reunião no dia de hoje, a presidente Luciana enviou parte do documento para leitura antecipada, pois se tratava das considerações argumentadas pelo Secretário e fundamentado em todas as legislações até presente momento aprovadas em função da pandemia, ficando para a reunião, os 7 artigos propostos para a deliberação. A reunião foi um pouco calorosa, pois alguns conselheiros não entenderam o sentido da necessidade da aprovação das alterações da deliberação, sem antes ter definido um planejamento pedagógico para o retorno, mas após alguns esclarecimentos ele foi aprovado pela maioria, conforme ata publicada. O COMERC aguarda o encaminhamento do calendário e as reuniões da CIAR, assim como a resolução de retomada de atividades para acompanhamento e pontuações. Sem mais nada a tratar, eu assino esse relatório dando ciência a Rede Municipal de suas atuações. Salientamos que devido as dificuldades de encontros e reuniões online, desde de fevereiro as atas estão sendo aprovadas por e-mail e WhatsApp e assinada apenas pela presidente, ao retornarmos as assinaturas serão atualizadas.

Luciana de Lourdes dos Santos